



Palavras de luta: a ação armada no órgão central do PCdoB, A Classe Operária, de 1969 a 1976¹

Mônica Mourão²

Universidade Federal Fluminense

Resumo

O artigo pretende mostrar como o órgão central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), A Classe Operária, construiu, através de seus textos, a necessidade de luta armada como único caminho de oposição à ditadura militar brasileira capaz de derrubá-la. O trabalho explicita também a relação entre o jornal A Classe Operária – como transmissor ideológico das teses elaboradas pelo PCdoB – e o próprio partido que organizou a Guerrilha do Araguaia – práxis das idéias defendidas no periódico sobre a necessidade da luta armada. Essa análise é feita a partir de 22 artigos publicados n'A Classe Operária de 1969 a 1976 – época em que o periódico e o partido eram clandestinos. Esses artigos foram reproduzidos no livro Araguaia – O Partido e a Guerrilha, organizado por Wladimir Pomar.

Palavras-chave

História do jornalismo; imprensa comunista; A Classe Operária; luta armada; Guerrilha do Araguaia.

A criação do PCdoB

No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou, foi publicado o Informe Secreto, que acusava Stalin de ter cometido crimes e conclamava o fim do culto à personalidade. Também foram alteradas formulações políticas do partido, que passou a defender a coexistência pacífica com os Estados Unidos, em plena guerra fria, e se posicionou contra a revolução armada.

A direção do partido se dividiu entre os que apoiavam essa nova política e os que se mantiveram fiéis aos princípios partidários originais. Luis Carlos Prestes seguiu as novas determinações de Moscou, enquanto outros como Ângelo Arroyo, Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois se posicionaram contra as idéias de caminho pacífico e caráter revolucionário da burguesia. Os dois últimos foram, inclusive, afastados do comitê central.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Jornalismo.

² Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2004. Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), desde março de 2007. Endereço eletrônico: monicamourao@gmail.com.



Em agosto de 1961, o jornal *Novos Rumos*, que publicava os documentos oficiais do partido, trazia o novo estatuto do Partido Comunista Brasileiro. A mudança no nome e no programa, sem que tais alterações tivessem sido aprovadas em congresso, levou os resistentes a publicar a *Carta dos 100*, cujo nome oficial era *Em Defesa do Partido*.

A carta criticava as alterações e apelava para que o comitê central substituísse os documentos publicados. Como não foram atendidos, os resistentes fundaram, em 1962, o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB para diferenciá-lo do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já no Manifesto-Programa do PCdoB, de 18 de fevereiro de 1962, o partido afirmava que “as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução” e “só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo” (POMAR, 1980, p. 10-11).

Durante a VI Conferência Nacional do PCdoB, em junho de 1966, em São Paulo, foi aprovado o documento *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Colonialista*, que preconizava a mobilização das “massas” contra o regime militar. Nesse mesmo ano, o partido buscava “uma área que reunisse condições políticas e geográficas para a fixação de uma frente de luta popular do PCdoB” (BERCHT, 2002. p. 107). A região escolhida foi o sul do Pará, chamada de *Bico do Papagaio*.

A Guerrilha do Araguaia

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado, de combate à ditadura militar brasileira, empreendido por dirigentes e militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no sul do Pará. Aconteceu de abril de 1972 a janeiro de 1975, período em que as Forças Armadas deslocaram entre 10 e 20 mil combatentes em três campanhas.

Desde 1966, começaram a chegar à região estudantes, operários, bancários e profissionais liberais, filiados ao PCdoB, que foram construindo suas casas – que depois viraram três destacamentos – e procurando viver como as pessoas do local. A idéia era conquistar a população para apoiar o movimento com a chegada das Forças Armadas. Cogita-se que havia 69 guerrilheiros quando o Exército descobriu a presença dos comunistas na região, mas esse número pode ter chegado a 100 com a incorporação de novos combatentes. A Guerrilha do Araguaia tornou-se um segredo de Estado. Em



dezembro de 2004, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região³ decidiu pela abertura dos arquivos da guerrilha. Entretanto, o governo recorreu e, atualmente, a decisão pela abertura dos arquivos depende do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com os jornais de grande circulação cerceados e a chamada imprensa alternativa com dificuldades de publicação, A Classe Operária foi um dos poucos veículos a tratar do tema ainda na década de 70. Certamente, não foi o único. Mas sua postura difere das demais publicações sobre o Araguaia por ser a versão oficial do partido, que ainda hoje relembra a guerrilha como um episódio vitorioso da história do PCdoB. O partido valoriza que o movimento do sul do Pará se torne de conhecimento público, como mostra o prefácio da 4ª edição da revista A Guerrilha do Araguaia – Uma Epopéia pela Liberdade:

Na história do Brasil, os oprimidos, na maioria das batalhas que travaram, tiveram que empreendê-las duas vezes – a primeira, protagonizar a resistência, a luta, a conquista, o fato histórico em si; a segunda, divulgá-lo, fazê-lo reconhecido oficialmente e conhecido do conjunto da nação (VÁRIOS AUTORES, 2005, p. 7).

Foram muitas as tentativas de publicar textos sobre a guerrilha. Em novembro de 1972, já haviam sido distribuídos mais de cinco mil comunicados militares das Força (Forças Guerrilheiras do Araguaia) e o jornal clandestino O Araguaia circulava pelo país (PORTELA, 1979, p. 70). Tudo isso somado à publicização da guerrilha no jornal A Classe Operária levou muitos a se oferecer para serem incorporados ao movimento, segundo Elza Monnerat. Ela afirma que isso só não foi possível devido à severa revista que era feita em todos que transitavam pelas estradas da região (BERCHT, 2002, p. 152). Os militantes também fizeram chegar às redações dos jornais um texto relatando o que estava acontecendo na região, intitulado Carta a um Deputado Federal.

Além disso, segundo o jornalista Carlos Azevedo, eram enviadas mensagens codificadas a Paris e, de lá, o material chegava a outros países da Europa – onde muitos brasileiros estavam exilados na época – e nas redações dos grandes jornais. Os órgãos de imprensa brasileiros também recebiam notícias da guerrilha, mas a censura dificultava sua publicação⁴.

³ O TRF da 1ª Região responde, em nível federal, por toda a região Norte, além do Distrito Federal e de alguns Estados do Nordeste (MA, PI, BA), do Centro-Oeste (MT, GO) e do Sudeste (MG).

⁴ Em entrevista à autora, por telefone, no dia 23 de agosto de 2006.

A Classe Operária

A Classe Operária começou a circular em 1º de maio de 1925 como órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1962, com a divisão do partido, o periódico torna-se porta-voz do recém-criado Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Nesse ano, o jornal estava inscrito na Associação Brasileira de Imprensa sob a direção de Maurício Grabois, um dos dirigentes do PCB que foram contra o revisionismo soviético e organizaram o PCdoB. Assim, a edição do jornal continuou sendo de responsabilidade do mesmo grupo político; porém, passaria a veicular as idéias do PCdoB.

As edições d'A Classe Operária foram proibidas de circular logo no início da ditadura militar. O último número impresso legalmente antes do golpe saiu em março de 1964. Ressurgiu no ano seguinte, como jornal clandestino, impresso de acordo com as possibilidades dos diretórios estaduais ou de grupos de militantes que o reproduziam.

A maioria dos responsáveis pelo jornal no período ditatorial e no início do retorno à democracia já faleceu. Do golpe de 1964 até o início dos anos 70, o editor do jornal foi Diógenes Arruda. Durante o governo Médici (1969-1974), Carlos Danielle era responsável pela publicação d'A Classe. Pedro Pomar, um dos editores do jornal, foi assassinado durante o episódio conhecido como Chacina da Lapa, em São Paulo, quando dirigentes do partido foram mortos pelo governo, em 1976. João Amazonas foi o responsável pela publicação d'A Classe após 1985 (REBELO, 2003, p. 77 e 79).

O jornal publicou propaganda revolucionária, conclamou pela derrubada da ditadura e deu destaque à Guerrilha do Araguaia, no início dos anos 70. Em 1976, passou a ser editado no exterior, depois da Chacina da Lapa. Artigos d'A Classe Operária eram divulgados pela rádio Tirana, da Albânia, onde alguns comunistas brasileiros se refugiaram da repressão sofrida no Brasil. Por outro lado, as edições d'A Classe, nos anos 70, traziam pequenos anúncios chamando os leitores a sintonizarem a rádio. O jornal voltou a circular abertamente após a anistia e é publicado ainda hoje.

O jornal A Classe Operária, assim como outras publicações da imprensa comunista, era escrito de acordo com as idéias de Marx e Lênin sobre a função dos órgãos de comunicação dos partidos. Para Marx, o papel do jornal

... é ser o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme a sua liberdade... O dever da imprensa, portanto, é minar as bases do sistema político existente (MARX apu MORAES, 1994, p. 59).

Karl Marx e Friedrich Engels creditaram o jornalismo como o campo privilegiado de aproximação entre teoria e prática das atividades partidárias. Essa idéia foi estendida por Lênin. Segundo ele, “o jornal é o lugar de transição entre a teoria ‘pura’ e o apelo à acção [sic]. Cada artigo converte a teoria em palavras de ordem e em consignas exatas” (WORONTZOFF, 1977, p. 19).

Assim, de acordo com Lênin, cabia aos jornais comunistas educar as massas, organizar a classe operária e propagar a linha ideológica do partido – atividades resumidas por ele como “propaganda e agitação”. Era isso o que procurava fazer A Classe Operária, com o diferencial de ser o órgão central do partido.

Para Lênin, não deveria haver apenas um jornal ou jornais social-democratas, e sim uma imprensa com esse perfil. A imprensa seria formada por diferentes publicações, de acordo com o nível de consciência política do proletariado, sendo que o órgão central deveria estar voltado para os operários mais avançados.

A Classe Operária e a luta armada

A coletânea de artigos d’ A Classe reunida por Wladimir Pomar, no livro Araguaia – O Partido e A Guerrilha traz uma série de 40 textos publicados originalmente de 1969 a 1976, quando o jornal era mensal. Na apresentação do livro, Pomar explica a seleção dos textos d’ A Classe:

Publicamos os artigos principais (editoriais e comentários nacionais) de todos os números que pudemos localizar no período que vai de 1969 até o início da guerrilha. Acrescentamos, ainda, artigos sobre a guerrilha publicados já no período em que se desenvolvia a discussão no [Comitê Central] CC. Talvez esta longa seqüência se afigure cansativa e repetitiva. É possível. Mas julgamos importante recuperar estes artigos, até hoje não-republicados, fadados talvez ao esquecimento, e que esclarecem de modo nítido e indiscutível o pensamento que se tinha na época. Mesmo as repetições, se existem, são importantes, na medida em que revelam as idéias centrais em que se procurava martelar e insistir (POMAR, 1980, sem página).

Os temas principais dessa coletânea são: análises sobre a situação política do Brasil, sempre apontando o enfraquecimento da ditadura; críticas ao revisionismo soviético adotado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB); e conclamações para que os militantes organizem “as massas” em torno do PCdoB, sempre identificado com os



anseios do povo de liberdade e igualdade, possíveis apenas com a derrubada da ditadura militar pela luta armada.

O jornal cumpria assim sua função de divulgar a ideologia e as estratégias do partido, mostrando seu posicionamento dentro das demais organizações de esquerda: o PCdoB estava de acordo com o comunismo da China e da Albânia, acreditando que a tomada de poder deveria acontecer através da guerra popular no campo. Além disso, A Classe Operária buscava também mobilizar a sociedade para questões mais urgentes, como o chamamento para o voto branco ou nulo, denunciando, assim, que as eleições não passavam de uma farsa organizada pelos militares.

A questão da luta armada, de grande relevância para o PCdoB, precisava estar clara não só nos documentos oficiais do partido, mas também em seu órgão central – A Classe Operária. Para trabalhar com os artigos desse jornal, é fundamental a observação de Michel Pêcheux, segundo a qual o texto não deve ser considerado como “uma seqüência lingüística fechada sobre ela mesma, porém é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção” (PÊCHEUX apud ORLANDI, 1987, p. 115).

Significa dizer que se faz necessário situar o período histórico em que os textos são produzidos, além do lugar dos enunciadores nesse contexto. Assim, pode-se observar como os textos d’A Classe Operária estão estreitamente ligados ao momento político, refletindo não só a ideologia do partido, mas também, em certo período, sua dificuldade de organização.

Na apresentação de seu livro, Wladimir Pomar deixa claro que a seleção de textos do jornal A Classe Operária foi feita de acordo com as possibilidades de reunir o material. Não é de se admirar que, nessa coletânea, haja uma lacuna de 30 edições do jornal. Do número 63, de abril de 1972, passa-se ao número 93, de janeiro de 1975. Esse período corresponde à luta guerrilheira no Araguaia. No dia 12 de abril de 1972, as tropas do governo descobriram o foco de oposição organizado pelo PCdoB. Não existe uma data exata, mas considera-se que o fim da guerrilha aconteceu em janeiro de 1975.

No início do movimento guerrilheiro, em abril de 1972, a comunista Elza Monnerat levava mais militantes para o sul do Pará quando teve que voltar a São Paulo devido à presença de militares nas estradas da região. Depois desse episódio,

por muito tempo, nem ela, nem a direção do partido tinham informações consistentes sobre o que ocorria na região do Araguaia.

Isso só aconteceu em março de 1974, quando conseguiram informações mais detalhadas, dadas por um dos guerrilheiros [Ángelo Arroyo] que lá estiveram sob o fogo das Forças Armadas (BERCHT, 2002, p. 115).

Dos 40 textos republicados por Pomar, trabalharemos com 22. São aqueles que falam sobre luta armada – citando esse termo ou a expressão “guerra popular” – ou se referem diretamente ao movimento no Araguaia. Não foram considerados os artigos que traziam os termos “violência revolucionária” ou “ação revolucionária”, por se entender que tais palavras não necessariamente remetem a uma ação armada e organizada. Também foram descartados desse estudo os textos que tratam de “luta” e “combate” sem deixar explícito se esses termos estão sendo utilizados metafóricamente ou literalmente.

Em outubro de 1969, encontra-se o primeiro texto que defende claramente a tese da luta armada como ação necessária para derrubar o regime militar. Intitulado “Nota do PC do Brasil sobre a atual crise política”, o artigo, publicado no número 34 d’A Classe Operária, é dividido em cinco itens. O último tem como título: “A *luta armada* é o caminho do povo” [grifo nosso]. Essa é a conclusão da análise de conjuntura feita ao longo do artigo, que trata do afastamento de Costa e Silva do governo e do decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), cujas medidas davam ainda mais poderes à ditadura.

Para alcançar a liberdade, o progresso e a independência da pátria, o povo brasileiro terá que empunhar armas e travar a *guerra popular*. O regime atual não cairá sem os golpes desfechados por um extenso e poderoso movimento armado das grandes massas. O povo terá que criar, na luta, o seu próprio exército para destroçar as forças armadas reacionárias (POMAR, 1980, p. 175, grifo nosso).

A organização desse artigo, com a análise da situação política brasileira culminando na conclamação do povo a empunhar armas, é comum em diversos textos dessa série. Mas há também aqueles em que a “guerra popular” é colocada não somente como necessidade resultante do regime ditatorial, mas também como demarcação de posicionamento ideológico em relação às organizações que acreditavam no caminho da oposição pacífica.

Tanto nesse artigo quanto nos demais que analisamos aqui, percebe-se a aplicação das teorias leninistas da imprensa. Uma das características é que os textos costumam incitar à ação, mostrando aos leitores qual a “tarefa da hora” a ser cumprida. Outro aspecto é que os artigos parecem ser realmente voltados aos setores politicamente mais



avançados da militância, como deveria ser o órgão central de um partido comunista, segundo Lênin.

Nesse ponto, pode-se fazer uma relação com a idéia de antecipação, que é a “maneira como o locutor representa as representações de seu interlocutor e vice-versa” (ORLANDI, 1987, p. 126). Os artigos d’A Classe Operária foram escritos por autores que buscavam antecipar o que os leitores iriam pensar, imaginando esse leitor como um militante que se identificava com a ideologia do partido e suas análises de conjuntura, estando pronto para atender aos chamamentos à ação feitos pelo jornal.

No texto “No caminho da revolucionarização”, de fevereiro de 1970 (edição nº 38), pode-se perceber, ao mesmo tempo, uma crítica às demais organizações de esquerda e uma conclamação aos militantes do PCdoB, para que não incidam nos mesmos erros de parte da oposição à ditadura.

Impera em algumas organizações o espontaneísmo, que é a raiz ideológica do oportunismo. E se tolerarmos que persistam tal dispersão e tanta falta de controle, seremos incapazes de realizar qualquer coisa de sério, de preparar e desencadear a *guerra popular* (POMAR, 1980, p. 181, grifo nosso)

Em 1970, já fazia quatro anos que os primeiros comunistas haviam chegado à região do Araguaia para preparar a guerrilha. Também em 1970, dois anos antes do início da luta armada, os militares estavam se preparando para ações antiguerrilha nas proximidades de onde viria a se desenvolver a luta do Araguaia. A ação se chamou Marabá 70, segundo conta o coronel Lício Augusto Ribeiro. Ele afirma que essa “foi uma manobra em que nada se descobriu. Mas alertou os caras – ‘eles estão de olho aqui’ –, como depois nós soubemos” (MACIEL apud CARVALHO, 2004, p. 40).

Em abril desse mesmo ano, a edição nº 40 d’A Classe traz um texto falando sobre um suposto enfraquecimento da ditadura militar, intitulado “A ditadura em apuros”.

É evidente que a ditadura militar não apenas se vê a braços com enormes dificuldades como também se apresenta em defensiva no terreno político. Em face disso, as forças patrióticas e democráticas devem lutar com maior audácia em defesa das reivindicações e dos anseios populares e reforçar sua campanha de desmascaramento do regime militar. Devem unir-se, recorrer a todas as formas de luta e trabalhar intensamente para preparar e desencadear a guerra popular, a fim de destruir a ditadura e conquistar um governo popular-revolucionário (POMAR, 1980, p. 185).

Entretanto, o regime não demonstrava sinais de debilidade. O país já vivia, desde dezembro de 1968, sob o AI-5. O governo utilizava o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a exploração da Amazônia e o tricampeonato da seleção brasileira de futebol para transmitir uma imagem positiva do país. Os militares reagiam com prisões e torturas às ações da oposição, que, dentre outras ações, realizou três seqüestros políticos só em 1970.

Em março de 1972, na edição especial de número 63, A Classe Operária traz um artigo exaltando a história do partido e sua importância naquele contexto histórico, no qual, segundo o PCdoB, “aprofunda-se a contradição entre a maioria esmagadora da nação, de um lado, os imperialistas ianques, os latifundiários e a parte da burguesia ligada ao imperialismo, de outro”. Devido a tais condições, o artigo aponta que “a revolução, nacional e democrática, está na ordem do dia”. E continua:

Mas a revolução é um processo complexo que exige clareza de objetivos, conscientização e mobilização de grandes massas, definição de uma correta tática política, direção capaz de superar os obstáculos e conduzir o povo à conquista do poder. Esta direção só pode ser assegurada pela classe operária e seu partido. Não há no país outra força em condições de cumprir esta magna tarefa. [...] Ao comemorar seu quinquagésimo aniversário, o PC do Brasil indica ao povo o verdadeiro caminho de sua libertação: a *guerra popular*. Demonstra ser este o *único meio* para derrubar a ditadura e conquistar uma vida livre (POMAR, 1980, p. 226, grifo nosso).

Um mês depois, tropas militares descobriam a presença dos comunistas na região do Araguaia. Na primeira campanha das Forças Armadas contra a guerrilha, até junho de 1972, o PCdoB ficou em vantagem. Conhecia melhor a mata e enfrentou recrutas despreparados. Ainda assim, seis guerrilheiros foram presos.

Derrotadas, as Forças Armadas se retiraram da região em julho de 1972 para voltar em setembro, com um efetivo maior e melhor treinado. A segunda campanha, na qual as Forças Armadas obtiveram mais sucesso, foi mais curta que a primeira: apenas 12 dias de combate efetivo, terminando em outubro. Nove guerrilheiros foram mortos ou desapareceram depois de presos; quase todos tombaram em combate.

Depois de um ano, teve início a terceira campanha, em outubro de 1973, com os militares bem informados, trabalhando com tropas melhor treinadas, formadas por descaracterizados. Durou até janeiro de 1975. No entanto, já no final de 1973, a guerrilha foi fortemente desarticulada. Nesse ano, a comissão militar havia decidido juntar os três destacamentos de guerrilheiros sob o seu comando. No natal, cerca de 25



pessoas estavam no mesmo acampamento quando ele foi cercado pelo Exército, que utilizou também helicópteros e um avião. Não se sabe quantos foram mortos nem presos.

Depois da edição de março de 1972, o próximo artigo da coletânea de Wladimir Pomar foi publicado no mesmo período do fim da Guerrilha do Araguaia. Mas o texto “Relevante fato político”⁵, de janeiro de 1975 (edição nº 93), trata do movimento armado como se ele ainda estivesse em desenvolvimento.

O regime discricionário precisa ser derrubado, e não ajeitado ou adaptado às circunstâncias, afirma o Comitê Central, aduzindo que “se a maioria dos brasileiros se unir e lutar decididamente por todas as formas nas fábricas e nos sindicatos, nas escolas e centros acadêmicos, nas fazendas e nas vilas, nas cidades e no campo, no parlamento, no púlpito, no teatro, nos cárceres, nos quartéis, nas ruas, nas *selvas do Araguaia* e onde seja possível, a sorte da ditadura estará definitivamente selada” (POMAR, 1980, p. 231, grifo nosso).

Esse aspecto está presente em sete dos oito textos publicados originalmente a partir de 1975 e, posteriormente, reunidos por Pomar. Em abril de 1975, *A Classe Operária* (edição nº 96) afirma que “a gloriosa resistência armada dos camponeses e patriotas do sul do Pará completa seu terceiro ano de duração” (POMAR, 1980, p. 235). Assim, o jornal tanto comemora o aniversário da guerrilha como torna indubitável que ela continua em curso, o que, mais tarde, seria negado por Wladimir Pomar.

Não obstante tudo o que a guerrilha do Araguaia suscitou de admiração, simpatia, apoio e de sentido positivo naquilo que almejava, a realidade é que ela deixou de existir como luta organizada a partir de fins de 1973 ou princípios de 1974 (POMAR, 1980, p. 2).

Em setembro de 1975, quando, há muito, não havia mais dúvidas acerca da derrota militar dos guerrilheiros, a edição nº 100 d’*A Classe Operária* publicou um texto intitulado “Tarefa primordial”. A “tarefa da hora” de que trata todo o artigo é o apoio aos guerrilheiros do Araguaia.

A solidariedade efetiva, concreta, variada, ampla e combativa aos *resistentes do Araguaia* é uma tarefa de primordial importância. Faz parte da grande luta do povo brasileiro pela liberdade e emancipação nacional, contra o regime tirânico dos generais fascistas e vende-pátria (POMAR, 1980, p. 245, grifo nosso).

⁵ O relevante fato político a que se refere o título do artigo foi uma reunião do Comitê Central do PCdoB, realizada “na mais dura clandestinidade” (POMAR, 1980, p. 230).

Em abril de 1976, o texto “Invencível bandeira de luta”, da edição nº 105, lembra que “12 de abril assinala mais um aniversário do início da resistência armada do sul do Pará”. Esse é o único artigo da série analisada que assume o fim da guerrilha, porém não de modo definitivo.

A bandeira que [os combatentes do povo] levantaram continua no alto. Mesmo que *temporariamente* a guerrilha haja retrocedido, os ideais que encerra estão bem vivos e atuantes na consciência dos lavradores, do campesinato de todo o país, dos patriotas e democratas que não se sujeitam ao regime opressor e sanguinário dos generais vende-pátria. [...] Cada vez fica mais claro que somente através da luta armada, da guerra popular, os milhões de camponeses carentes de todo recurso tornarão realidade suas sentidas aspirações e a nação brasileira se libertará do jugo dos trustes imperialistas, da velha oligarquia reacionária, da tutela dos militares fascistas (POMAR, 1980, p. 247-248, grifo nosso).

A série de artigos e sua republicação mostram a preocupação do PCdoB em preservar a memória da Guerrilha do Araguaia. Para Pierre Nora, quando é necessário criar suportes para a memória, e ela já não é uma fruição natural, não se trata mais de memória, e sim de história. Essa “memória” que não é espontânea sobrevive em lugares de memória, onde se refugiam, para não serem esquecidas.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los (NORA, 1993, p. 13).

Desse modo, pode-se considerar o jornal A Classe Operária também um suporte de memória da Guerrilha do Araguaia. Fica claro, no artigo de abril de 1976 (“12 de abril assinala mais um aniversário do início da resistência armada do sul do Pará”), que A Classe se prestou à comemoração do movimento guerrilheiro, derrotado militarmente, mas vitorioso, de acordo com o próprio jornal, em seu papel ideológico.

Considerações finais



Os textos do jornal *A Classe Operária* sobre ação armada mostram como o órgão central do PCdoB construiu, em suas páginas, argumentos que levam à conclusão de que a luta armada era a única alternativa para combater a ditadura militar brasileira. Pode-se perceber, ainda, como o jornal foi o aglutinador entre teoria e prática do partido, assim como preconizava a teoria leninista da imprensa.

Todos os textos mostram claramente a coerência com a qual o partido pensava e exercia suas atividades, reforçando a necessidade de organização da luta armada em seu jornal enquanto a preparava nas selvas do Araguaia. Além disso, o jornal servia como reforço e retaguarda dessa luta, conclamando a organização dos opositores à ditadura em torno da “guerra popular”.

Entretanto, as análises feitas pelo partido e publicadas no *A Classe Operária* tornam explícita, especialmente à luz da atualidade, a discrepância entre a realidade do país e aquela construída pelo jornal. Mas a insistência do *A Classe* em apresentar a guerrilha como um movimento vitorioso pode ser compreendida como a necessidade que têm os vencidos e as minorias em narrar os fatos vividos, estando implicado em seu texto o desejo de possibilitar às gerações posteriores o conhecimento de uma outra história.

Referências bibliográficas

BERCHT, Verônica. **Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O coronel rompe o silêncio**. Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caça aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

GUERRILHA do Araguaia: uma epopéia pela liberdade. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005. **Vários autores**.

MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: **Projeto História**, n. 10, 1993, p. 7-28. (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP).

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.



POMAR, Wladimir. **Araguaia: o Partido e a Guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: PARMA, 1979.

REBELO, Apolinário. **A classe operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

WORONTZOFF, Madeleine. **Nome: Lenine. Profissão: Jornalista. Lenine e a imprensa revolucionária**. Lisboa: Antídoto, 1977.